


Quando um não quer, dois não negociam: atuação da FETRAF-RS em governos de direita (2016-2022)¹

When one does not want, two do not negotiate: the actions of FETRAF-RS under right-wing governments (2016-2022)

 **Mateus Lazzaretti**²

 **Everton Picolotto**³

 https://doi.org/10.36920/esa33-1_04

Resumo: Este artigo investiga o repertório de ações da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do estado do Rio Grande do Sul (FETRAF-RS) diante do Estado entre 2016 e 2022, que recorta a ascensão da direita ao governo federal. Analisam-se as mudanças ocasionadas a partir do Golpe de 2016, bem como o repertório apresentado pela FETRAF-RS neste novo contexto, apontando a crise enfrentada por este sindicalismo da agricultura familiar frente a governos de direita. Articula-se os referenciais teórico-metodológicos de Antonio Gramsci, Nicos Poulantzas e Charles Tilly, juntamente com ferramentas de pesquisa qualitativa. As fontes são 13 entrevistas semiestruturadas com representantes deste sindicalismo; resoluções congressuais da FETRAF; divulgação de suas ações no

¹ Artigo derivado da dissertação (Lazzaretti, 2024) e de outros investimentos de pesquisas vinculadas ao projeto "Reconfigurações no Sindicalismo e no Trabalho Rural", financiado pelo CNPq.

² Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (PPGH/UFSM). Pesquisador discente do Grupo de Pesquisa "Trabalho, Agricultura e Movimentos Sociais - TRAMAS" (CNPq/UFSM). Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4395852725347990>. E-mail: lazzaretti.mateus@acad.ufsm.br

³ Professor do Departamento de Ciências Sociais e dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Coordenador do Grupo de Pesquisa "Trabalho, Agricultura e Movimentos Sociais - TRAMAS" (CNPq/UFSM). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5536778224404595>. E-mail: everton.picolotto@ufsm.br

perfil da Federação na rede social *Facebook*. Os repertórios utilizados no período foram diversos, mas predominou a tentativa do sindicalismo de negociar com o Estado, mesmo que este não abrisse canal nenhum de diálogo.

Palavras-chave: Sindicalismo. Agricultura Familiar. FETRAF-RS. Estado. Repertórios.

Abstract: This article investigates the repertoire of actions of the Federation of Family Farming Workers of the state of Rio Grande do Sul (FETRAF-RS) in relation to the State from 2016 to 2022, a period marked by the rise of right-wing to the federal government. It analyzes the changes that occurred following the 2016 Coup, as well as the repertoire presented by FETRAF-RS in this new context, pointing out the crisis faced by this family farming unionism in the face of right-wing governments. The theoretical-methodological frameworks of Antonio Gramsci, Nicos Poulantzas, and Charles Tilly are articulated, along with qualitative research tools. The sources include 13 semi-structured interviews with representatives of this unionism, congress resolutions of FETRAF, and the dissemination of its actions on the Federation's Facebook profile. The repertoires used during the period were diverse, but the attempt of unionism to negotiate with the State predominated, even when the State did not open any dialogue channels.

Keywords: Unionism. Family Farming. FETRAF-RS. State. Repertoire.

Introdução

Este artigo tem como objetivo discutir como os movimentos sociais se relacionam com o Estado quando este é dirigido por governos de direita. Para realizar tal reflexão, tomou-se como objeto a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do estado do Rio Grande do Sul (FETRAF-RS), buscando analisar como a entidade organizou seu repertório de ação diante do Estado no período recente (2016-2022). Esse período recorta um cenário marcado pela ascensão de governos de direita em nível federal, pela retomada do projeto neoliberal ortodoxo, pelo fechamento de espaços institucionais e desmonte de políticas públicas, bem como de avanço material, político e ideológico do agronegócio sobre a base social da agricultura familiar. Valendo-se da articulação de um referencial materialista histórico-dialético e da teoria dos

movimentos sociais, o trabalho analisou entrevistas semiestruturadas com lideranças sindicais e militantes que ocuparam cargos na burocracia estatal, bem como documentos e divulgação de ações da FETRAF-RS. São apresentados como resultados um balanço da atuação da entidade frente aos governos de direita recentes e um panorama dos principais repertórios utilizados por esta vertente do sindicalismo da agricultura familiar.

Aqui, fazemos a opção metodológica de se referir – ao falar de forma geral – aos governos de Michel Temer e de Jair Bolsonaro como governos de direita. Entendemos que existem diferenças e inflexões entre ambos, sendo recorrente que se considere o último como de extrema-direita. No entanto, compreendemos que se trata de um aprofundamento ou aumento de intensidade, uma vez que ambos encontram-se no espectro político da direita. Enquanto o mandato de Temer foi um governo interino, numa transição após o Golpe de 2016, o governo Bolsonaro representou a radicalização da direita e um aprofundamento do programa neoliberal ortodoxo, representando praticamente a mesma frente de classes fiadoras do Golpe (Boito Jr., 2016). Assim, no decorrer do artigo, ambos são enquadrados como governos de direita, porém suas diferenças são apontadas na medida em que aparecem e são relevantes.

As organizações sindicais de trabalhadores rurais e de agricultores familiares foram responsáveis desde a década de 1990, junto a intelectuais e pesquisadores acadêmicos, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, sigla do inglês *Food and Agriculture Organization*) e o governo federal, por meio de políticas públicas de apoio (em especial de crédito), pela consolidação da categoria agricultura familiar como personagem de novas propostas de desenvolvimento rural sustentável, operando a criação de uma autoimagem positiva ao segmento frente às costumeiras denominações, em sua maioria pejorativas e produzidas a partir das classes dominantes (Picolotto, 2022; Severo, 2023). Durante os governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), entre 2003 e 2016, o setor da agricultura familiar alcançou novo patamar de importância, a partir da criação e ampliação de políticas públicas e programas em áreas ligadas a produção, habitação rural, compras institucionais e comercialização, entre outras. A valorização deste setor se deu também por meio do fortalecimento

da participação institucional, seja pela criação ou reformulação de conselhos participativos, seja por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que teve incrementos significativos em seu orçamento e em sua capacidade institucional, por meio do acesso de militantes dos movimentos sociais do campo a posições chave (Medeiros; Grisa, 2019).

No caso da FETRAF-RS, essa inserção fica bastante visível: dos seis ministros que estiveram à frente do MDA entre 2003 e 2016, três eram do Rio Grande do Sul, com os quais a Federação tinha contato próximo; um aliado e ex-assessor sindical chefiou por longo período a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF/MDA); um militante que participou da fundação da FETRAF-Sul⁴ atuou na chefia de departamento dentro da SAF/MDA. Além disso, criou-se uma dinâmica regular de negociação entre movimentos sociais e governo federal, como no rito anual do anúncio do Plano Safra. Com os resultados desses espaços institucionais, o sindicalismo consolidou sua atuação, apresentando para sua base diversas conquistas, tidas como fruto de sua atuação, além de efetivamente atuar como interlocutor e executor de políticas públicas. Assim, nesse período, registrou-se um aumento na taxa de sindicalização entre os trabalhadores rurais (Rodrigues; Ladosky, 2015).

Contudo, após o Golpe de 2016 e a mudança de direção do governo federal, houve um progressivo desmonte de políticas públicas e programas, bem como a extinção de conselhos participativos e do próprio MDA (Niederle *et al.*, 2019; Medeiros; Grisa, 2019; Grisa *et al.*, 2022). A dinâmica de interação entre os movimentos sociais e o governo federal foi profundamente afetada, com a mudança de postura deste último. Com isso, os movimentos sociais em geral – e a FETRAF em particular – encontraram dificuldades para organizar suas ações no novo cenário, delimitando certa crise do sindicalismo da agricultura familiar. Assim, o problema ao qual se dedicou a pesquisa foi entender como o sindicalismo da agricultura familiar – em especial a FETRAF-RS – organizou seu repertório de ação frente ao Estado no período de 2016 a 2022, marcado pela ascensão de governos de direita no Brasil. O artigo tem como objetivo

⁴ Trata-se da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul. Fundada oficialmente em 2001, a FETRAF-Sul representava os três estados do sul do Brasil, sobretudo nas negociações com o governo federal. Após a criação da FETRAF-Brasil em 2005, a entidade passou a perder algumas funções e, somados a outros complicadores, desmembrou-se em Federações estaduais, como é o caso da FETRAF-RS.

entender como a FETRAF atuou nesse período em relação ao Estado, diante dos governos de direita instituídos após o Golpe de 2016 que restringiram o acesso dos movimentos sociais ao Estado, buscando mapear o repertório de ações utilizado pela entidade nesse período.

O referencial teórico-metodológico que orientou esta pesquisa buscou articular as contribuições do materialismo histórico-dialético e da teoria dos movimentos sociais. Dentre os autores marxistas, são adotadas as orientações metodológicas de Antonio Gramsci sobre o estudo das classes subalternas, bem como sua contribuição ao debate de hegemonia e o entrelaçamento entre sociedade civil e Estado. Além disso, aprofunda-se por meio da teoria marxista do Estado desenvolvida por Nicos Poulantzas. As contribuições da teoria dos movimentos sociais elencadas são as formulações de Charles Tilly sobre repertórios de ação.

Conforme Trindade e Bugiato (2020), especialmente no caso brasileiro, os recentes períodos de abertura do Estado e maior permeabilidade aos movimentos sociais reforçaram o que chamam de agenda relacional, com aportes teóricos que permitiram ir além da dicotomia que apresentava estas duas esferas como apartadas e cuja interação era essencialmente conflituosa. No entanto, os autores defendem que é preciso levar em consideração também os aspectos estruturais e da dinâmica de funcionamento do Estado no capitalismo, para melhor compreender sua relação com os movimentos sociais, já que se trata de algo maior e mais complexo do que o governo em exercício, e que ter acesso ou estar dentro do Estado não significa, necessariamente, ter controle sobre o poder estatal (Trindade; Bugiato, 2020).

Nesse sentido, torna-se útil a articulação teórica aqui proposta. Para Gramsci, o Estado representa tanto o terreno do conflito entre classes quanto instrumento de classe, onde se trava a luta pela hegemonia e onde ocorre a unificação das classes dominantes. É também no Estado que as classes subalternas disputam com as classes dominantes os espaços de disseminação da ideologia e do senso comum, entendidos no contexto do Estado ampliado ou integral, que engloba tanto o Estado restrito quanto a sociedade civil. Nesta última, estão os aparelhos privados de hegemonia, como sindicatos, partidos, associações culturais, igrejas, entre outros, por meio dos quais o Estado educa

para o consenso (Gramsci, 2001). Assim, ao estudar os movimentos sociais, essas formulações permitem compreender o Estado não como uma entidade isolada, mas como um conjunto de instituições e funções que se diluem entre sociedade política e sociedade civil. A sociedade civil, por sua vez, “possui mecanismos e organismos que forçam as alterações na correlação das forças em luta” (Gohn, 1997, p. 188). A hegemonia na sociedade civil se efetiva por meio dos aparelhos privados rumo à ocupação do Estado restrito, porém, também a partir do Estado restrito em direção aos aparelhos privados, reforçando assim o papel dirigente da classe ou fração de classe dominante na sociedade civil, no desempenho de suas práticas ideológico-culturais (Mendonça, 2012).

Nicos Poulantzas (2000) avança nessa direção, compreendendo o Estado como a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classes sociais. Isto é, trata-se de um Estado de uma sociedade dividida em classes, cuja luta o permeia. No entanto, longe de ser um processo mecânico, o Estado apresenta uma autonomia relativa em relação às classes sociais e, por isso, representa sobretudo os interesses políticos das classes dominantes, mais do que seus interesses econômicos imediatos, o que lhe permite garantir os interesses econômicos de certas classes dominadas – impostos pela luta destas –, mesmo que contrários aos interesses econômicos imediatos das classes dominantes, mas compatíveis com seus interesses políticos, ou seja, com sua dominação hegemônica (Poulantzas, 1986).

Assim, compreendendo tais dinâmicas entre Estado e sociedade civil no capitalismo, o interesse aqui é aprofundar a atuação dos movimentos sociais, particularmente a FETRAF-RS, diante dele. Desta forma, a contribuição teórica de Charles Tilly permite olhar com mais detalhe para como essa entidade sindical organiza sua ação e responde a tal relação com o Estado. No prefácio de *Regimes and Repertoires*, Tilly (2006, tradução nossa) sintetiza a ideia de repertório de ação como “conjuntos limitados, familiares e historicamente criados, de performances de reivindicações que circunscrevem os meios pelos quais as pessoas se engajam na política contenciosa”. Em outras palavras, são o conjunto de formas de ação utilizadas pelos movimentos sociais para levar adiante suas reivindicações, tanto por aprendizado histórico quanto pela compreensão do que é mais legítimo e útil em cada período. As instituições

políticas para as quais as reivindicações são dirigidas também exercem influência sobre os repertórios, impondo limites a algumas formas de ação e incentivando outras (Tilly, 2008).

Desta forma, a compreensão de Estado de Gramsci e Poulantzas contribuirá para a análise da atuação da FETRAF-RS e sua interação com o Estado brasileiro, um Estado no qual e por meio do qual as classes dominantes exercem seu poder. Conforme Boito Jr e Berringer (2013) e Boito Jr (2016; 2023), de 2003 a 2016, durante os governos liderados pelo PT, a hegemonia política foi da grande burguesia interna, formando junto à representação das classes populares – o PT – uma frente neodesenvolvimentista⁵, reunindo também a baixa classe média, o operariado urbano e a agricultura familiar. Já no período seguinte, de 2016 a 2022, tal frente enfrentou fissuras e foi derrotada a partir do Golpe pela frente neoliberal ortodoxa, composta pelo grande capital financeiro internacional, a fração da burguesia brasileira integrada a ele, a maior parte dos grandes proprietários de terra, bem como a alta classe média dos setores público e privado. A FETRAF-RS, entende-se, fez parte da primeira frente e, quando esta foi desestruturada, a partir da remoção do elemento popular da chefia do Executivo, encontrou dificuldades para organizar seu repertório de ações.

As fontes trabalhadas foram: 1) treze (13) entrevistas realizadas com lideranças atuais e antigas da FETRAF; aliados que ocuparam cargos no Estado; assessores sindicais; 2) publicações no perfil da FETRAF-RS no *Facebook*, buscando compilar a divulgação das ações realizadas pela entidade entre 2016 e 2022⁶; 3) documentos da FETRAF como cartilhas; jornais; pautas de reivindicação; resoluções congressuais; documentos de orientação. As entrevistas foram realizadas entre 31 de agosto e 14 de outubro de 2023, e quando citadas no corpo do texto terão a indicação de informação verbal. O quadro é composto

⁵ Boito Jr e Berringer adotam a noção para indicar que “esse programa busca o crescimento econômico do capitalismo brasileiro, embora o faça sem romper com os limites dados pelo modelo econômico neoliberal ainda vigente no país”, por isso a adoção do prefixo *neo*, pois se trata de “um programa muito menos ambicioso que o seu predecessor [o desenvolvimentismo de 1930-1980]”, sendo “a política de desenvolvimento possível dentro dos limites dados pelo modelo capitalista neoliberal” (2013, p. 32).

⁶ O sítio da FETRAF, que naturalmente seria o local de procura de tais informações, encontrava-se fora de circulação durante a realização da pesquisa, e o novo sítio da entidade ainda não está em pleno funcionamento. Questionado informalmente sobre a localização das informações, um assessor da entidade informou que, de fato, as notícias e a divulgação de ações encontravam-se na página do Facebook.

da seguinte forma: 5 delas com atuais dirigentes da FETRAF-RS: Alcemir Antonio Bagnara, Cleonice Back, Douglas Cenci, Rui Valença e Vilson Alba; o ex-dirigente da FETRAF-Sul e ex-deputado estadual pelo RS, Altemir Antônio Tortelli; o ex-assessor sindical do Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (DESER), Amadeu Bonato; dois ex-ministros do MDA: Miguel Rossetto e Gilberto José Spier Vargas (conhecido como Pepe Vargas); três ex-servidores do MDA: Carlos Mário Guedes, José Ademar Batista e Valter Bianchini; e o ex-secretário da Secretaria de Desenvolvimento Rural do estado do Rio Grande do Sul (SDR/RS) e ex-deputado estadual pelo PT, Ivar Pavan. Embora nem todas as entrevistas sejam citadas diretamente neste artigo, todas fizeram parte do embasamento da análise realizada.

Além desta introdução e das considerações finais, o artigo está dividido em três seções. A primeira seção faz uma rápida síntese histórica do sindicalismo da agricultura familiar, com ênfase na FETRAF, bem como sobre sua relação com o Estado durante os governos liderados pelo PT. A segunda seção apresenta os impactos do Golpe de 2016 e os governos de direita subsequentes sobre a agricultura familiar e o sindicalismo. Na terceira seção é feita uma apresentação dos repertórios de ação da FETRAF frente ao Estado durante o período, analisando a atuação da entidade, as dificuldades e alternativas buscadas.

O sindicalismo da agricultura familiar e suas interações com o Estado

A FETRAF-RS é uma federação de nível estadual orgânica à estrutura da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Fundada em 2014, a Federação tem por fim a representação sindical dos trabalhadores na agricultura familiar, demarcando um posicionamento classista num setor que, no caso daqueles que são proprietários, frequentemente era disputado por entidades patronais (Medeiros, 2014; Picolotto, 2022; Severo, 2023). A FETRAF-RS se organiza a partir de oito regiões de atuação, onde estão seus 49 Sindicatos de Trabalhadores na Agricultura Familiar (SINTRAF), de base municipal ou regional, representando 58 municípios. A criação da Federação de nível estadual foi fruto do desmembramento da FETRAF-Sul, fundada em 2001, que reunia os três estados do Sul do Brasil e realizava sua representação em nível nacional, principalmente, mas que contava também com coordenações

estaduais (Picolotto, 2022). Posteriormente, como resultado da expansão do sindicalismo da FETRAF, foi criada em 2005 a FETRAF-Brasil (renomeada CONTRAF-Brasil em 2016)⁷ e a partir do que a FETRAF-Sul perdeu suas funções de representação nacional e fortaleceu o debate pela estadualização. Em 2023, a CONTRAF-Brasil obteve o registro sindical do Ministério do Trabalho, como representante da agricultura familiar.

No mesmo ano de sua fundação, a FETRAF-Sul realizou a Caravana da Agricultura Familiar, que contou com a participação do então pré-candidato à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), envolvendo um grande esforço de mobilização das bases, elaboração das direções e assessorias, dando respaldo à atuação da Federação (Picolotto, 2022). Como avalia um dos entrevistados, ex-assessor do Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (DESER)⁸, a Caravana foi definidora na trajetória da FETRAF, pois provocou um processo intenso de elaboração e de mobilização, que foi impulsionada pela figura de Lula; além disso, com a eleição de Lula no ano seguinte e o início de seu primeiro mandato, em 2003, o processo desencadeado pela Caravana deu conteúdo ao governo para pensar as políticas públicas para a agricultura familiar, bem como potencializou a entrada de quadros do sindicalismo e dos órgãos de assessoria aos Ministérios, em especial o MDA (Bonato, 2023, informação verbal).

Pode-se compreender, assim, que a Caravana deu respaldo ao repertório que marcou a interação da FETRAF-Sul com o Estado durante os governos liderados pelo PT, com a entidade tendo acesso facilitado aos canais do governo e privilegiando a negociação, proposição e acompanhamento da execução das diversas políticas públicas conquistadas no período. Assim, para além do caráter propositivo que esse sindicalismo buscou adotar desde a década de 1990 (Picolotto, 2022), mostrou para sua base que também era um sindicalismo de resultados. Para além do crédito obtido com o sucesso da Caravana, o novo momento permitiu a adaptação do repertório de protestos e mobilizações, que passou a ser utilizado para fazer avançar os processos já

⁷ Em 2016, durante o IV Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil, deliberou-se pela transformação da FETRAF-Brasil em Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil, adotando a sigla CONTRAF-Brasil.

⁸ O DESER foi uma entidade criada pelo sindicalismo cutista do Sul do país, dirigida por sindicalistas e que prestava assessoria por meio de pesquisas e orientações políticas.

iniciados e rotinizados de negociação, ao passo que buscava educar sua base, mostrando as conquistas como frutos principalmente da mobilização, mais do que apenas da vontade política do governo, bem como fortalecer sua estrutura sindical com campanhas de sindicalização e de contribuição financeira.

Durante os governos liderados pelo PT, tal processo de negociação, à medida que foi se consolidando, passou a ocorrer de forma rotinizada (Abers; Serafim; Tatagiba, 2014). A FETRAF-Sul iniciava ainda em janeiro o que chamava de Mutirões da Agricultura Familiar, processo de mobilização e discussão junto à base que buscava fortalecer a organização sindical, discutir a sindicalização e a sustentabilidade financeira da entidade, além de discutir a proposta de pauta de reivindicação e enriquecê-la com novas contribuições. Esse processo ocorria durante os meses seguintes até culminar nas chamadas Jornadas de Luta da Agricultura Familiar, nos meses de abril e maio, que combinava mobilizações regionais nos diversos estados e simultaneamente em Brasília, enquanto uma comissão reunia e negociava com o governo⁹.

Como demonstrado por Medeiros (2020), a combinação de pressão e negociação sobre governos (em especial aqueles politicamente mais próximos) é uma constante na história dos movimentos sociais do campo. Abers, Serafim e Tatagiba (2014), ao analisarem as relações entre os movimentos sociais e o Estado no Brasil durante os governos liderados pelo PT, apontam para uma maior permeabilidade do Estado, que permitiu aos movimentos sociais a combinação de repertórios confrontacionais com negociações, bem como com a participação institucionalizada, tanto por meio de representações em conselhos consultivos e deliberativos, como pelo acesso de militantes e aliados a cargos na burocracia. Desta forma, as autoras adaptaram o conceito tillyano para *repertório de interação* entre Estado e sociedade para dar conta deste período. Essa relação permitiu ao sindicalismo da agricultura familiar se consolidar junto à base, a partir da intermediação e execução de políticas públicas, marcando nesse período um aumento da sindicalização no meio rural, acompanhada do aumento orçamentário e das capacidades do MDA e de diversos programas e políticas públicas voltadas ao setor (Rodrigues; Ladosky, 2015; Picolotto, 2022).

⁹ Este processo está descrito em mais detalhe na dissertação de Lazzaretti (2024) e no artigo de Lazzaretti e Picolotto (2024).

Porém, como apontou Pompeia (2021), durante os governos liderados pelo PT, os setores patronais rurais seguiram avançando e realizando forte oposição – por dentro e por fora do governo – às pautas relativas às classes subalternas do campo. As resoluções tanto do 1º quanto do 2º Congressos da FETRAF-Sul apontaram para a disputa com o agronegócio, mesmo com os avanços no governo Lula:

No entanto, o Governo Lula, diferentemente do que chegaram a sonhar diversos setores das organizações populares, não se caracteriza com a antiga proposta de construir um governo democrático-popular. Lula é um governo que se decidiu por ser de ampla composição, assumindo os conflitos inerentes dessas composições e buscando articular e conviver com projetos e propostas, muitas vezes, diametralmente opostas. [...] No campo da agricultura, esse conflito está muito evidente na questão de definição das prioridades e dos recursos, na política de reforma agrária e na questão dos transgênicos. Os setores vinculados ao agronegócio, à agricultura patronal, às grandes agroindústrias e às cooperativas empresariais, representados no Ministério da Agricultura e Abastecimento, até o momento têm mantido a hegemonia política (FETRAF-SUL, 2004).

O cenário social do Brasil rural é, atualmente, hegemônico pela ideologia do agronegócio, que se afirma no imaginário coletivo como “o Brasil que dá certo”, em contraposição a outros setores considerados “ineficientes” da economia brasileira. Os compromissos históricos assumidos pelo capital financeiro-industrial com o latifúndio e com as grandes empresas agroindustriais, e sedimentados por meio de políticas governamentais e de incentivos internacionais que favoreceram esses interesses sociais, estabelecem as condições para a hegemonia do atual modelo de desenvolvimento rural no Brasil (FETRAF-SUL, 2007).

Nesse sentido, com o fortalecimento do setor do agronegócio econômica, social e politicamente, aliado a um movimento mais amplo de desgaste dos governos do PT por parte das classes dominantes, os governos Dilma, em especial seu segundo mandato, enfrentaram crescentes dificuldades que reverberaram também na interação com os movimentos sociais. Além disso, os efeitos de uma grave crise econômica mundial ocorrida em 2008 passaram a atingir o Brasil durante o primeiro mandato de Dilma

(2011-2014), fazendo com que importantes frações das classes dominantes pressionassem por mudanças, visando manter intacta a taxa de lucros, sobretudo o capital financeiro (Pomar, 2016; Konrad, 2020). Este cenário se prolongou e aprofundou durante o segundo mandato, levando a fissuras na coalizão governante e o crescimento da frente de classes e frações de classe neoliberal, com o ingresso da alta classe média em suas fileiras como força social ativa e militante, engrossando manifestações de rua, processo político que culminou no Golpe que depôs Dilma Rousseff na metade de seu segundo mandato (Boito Jr, 2016).

Com o Golpe e a ascensão de governos da chamada frente neoliberal ortodoxa, acompanhados a partir de 2018 pelo que Boito Jr (2020, p. 115) identificou como “movimento de massa reacionário” que posteriormente, após depuração, formou um “movimento especificamente neofascista – o bolsonarismo”, o PT foi retirado do governo, aliados da FETRAF e dos movimentos no governo foram exonerados ou transferidos para outros órgãos e o MDA foi extinto, tendo suas funções absorvidas por outros ministérios, representando uma redução orçamentária e, sobretudo, política (Niederle *et al.*, 2019; Picolotto; Piccin, 2020; Grisa *et al.*, 2022). A extinção do MDA era demanda recorrente dos setores patronais rurais que, conforme Pompeia (2021), tinham o PT como seu principal inimigo. Tal setor, por meio da maioria dos parlamentares ligados à Frente Parlamentar Agropecuária, que votaram favoráveis à abertura do processo de *impeachment*, e de suas entidades representativas – ou aparelhos privados de hegemonia –, por intermédio de pressão, articulação e posicionamentos públicos (Pompeia, 2021), foram importantes peças de apoio ao Golpe de 2016.

Diante de governos hostis aos movimentos populares, a FETRAF passou a enfrentar dificuldades na forma de atuação que vinha desenvolvendo nas últimas décadas, dado que a partir de então o Estado tornou-se menos permeável a tais movimentos, ao passo que tornou-se ainda mais permeável aos setores patronais, seja no atendimento de suas demandas, seja na ocupação de cargos, como no caso de Nabhan Garcia, liderança da União Democrática Ruralista (UDR) e que assumiu a direção do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

“Rezem para chover”: a agricultura familiar durante os governos de direita recentes (2016-2022)

A agricultura familiar foi profundamente afetada pelo Golpe de 2016. Já com o governo de Michel Temer, ocorreu o desmonte¹⁰ de diversas políticas públicas, como o programa Minha Casa Minha Vida rural, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e a desestruturação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), além da extinção do MDA como um dos primeiros atos do novo governo. O Golpe representou, portanto, não apenas um afastamento político dos movimentos sociais do campo em relação ao Estado, mas também uma perda econômica, tendo em vista que o PAA significava um importante “estímulo à produção pelos agricultores familiares, por criar um mercado institucional e ser uma garantia aos camponeses de que poderiam vender ao governo, recebendo à vista pelos seus produtos” (Medeiros, 2020, p. 506).

O governo Temer ainda tentou aprovar uma reforma previdenciária que afetaria os agricultores familiares, mas que foi alvo de forte pressão do movimento sindical e popular em geral, causando o recuo do governo. Com Bolsonaro, no entanto, a proposta foi retomada e aprovada, com algumas mudanças consideradas como vitórias pela FETRAF, como a manutenção da idade de aposentadoria para os agricultores familiares. Contudo, para o sindicalismo da agricultura familiar, houve um ataque significativo com a Medida Provisória 871/2019, depois convertida na Lei 13.846/19, que tirou dos sindicatos a referência para o acesso à aposentadoria, embora a maioria siga atuando na organização da documentação necessária (Medeiros, 2020; Carvalho, 2024).

Além disso, o governo Bolsonaro extinguiu a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) – que havia sido criada no Ministério do Desenvolvimento Social para absorver partes das atribuições que eram do MDA –, transferindo suas funções para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), historicamente

¹⁰ “O desmonte nem sempre leva ao fim de uma política pública [...] ele implica em corte, redução e/ou extinção dos programas governamentais existentes” (Grisa *et al.*, 2022, p. 27). Maior detalhamento sobre os impactos sobre as políticas para a agricultura familiar pode ser obtido nos trabalhos de Niederle *et al.* (2019), Medeiros (2020), Picolotto e Piccin (2020) e Grisa *et al.* (2022).

vinculado ao setor patronal rural. Junto da SEAD, foram extintos o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (CONDRAF), enfraquecendo os espaços participativos e de interlocução com os movimentos sociais do campo para a definição de políticas públicas (Grisa *et al.*, 2022).

Assim, além do impacto sobre a base social da agricultura familiar, a FETRAF e os demais movimentos do campo foram afetados diretamente, pois perderam seus aliados que ocupavam cargos na burocracia e os conselhos participativos nos quais atuavam ativamente da elaboração de políticas públicas. Cabe destacar, como o fizeram alguns dos entrevistados, que houve diferenças nesse sentido entre os governos Temer e Bolsonaro, porém todos destacam que, em termos do tratamento dispensado à agricultura familiar, foram muito semelhantes. Nas palavras de Bagnara,

Eu acho que o que diferencia principalmente um governo do outro [Temer e Bolsonaro] era um pouco mais a diplomacia. Digamos, [com Temer] “eu posso receber, mas não vou atender a pauta de vocês”. E aí com o Bolsonaro é uma radicalização, o pessoal já te diz que “não” na frente, não quer nem saber. Eu acho que se criou um estigma e uma reação um pouquinho mais forte, mas em termos de negociação e de avanço eles se equiparam (2023, informação verbal).

O mesmo dirigente, em outra passagem, afirmou que as pautas seguiram sendo construídas, porém “já sabia que ao chegar lá, muitas vezes, ia dar na trave e voltar” (Bagnara, 2023, informação verbal). Assim, ficou evidente que o novo bloco no poder instituído pelo Golpe era contrário ao projeto de ter a agricultura como alternativa de desenvolvimento rural, ainda que durante os governos liderados pelo PT esse projeto tenha coexistido com o do agronegócio, evidenciado pela existência de dois ministérios que tratavam do meio rural (MDA e MAPA). Destacado pelas lideranças entrevistadas, um momento que ilustra tal posicionamento envolve a ex-ministra do MAPA durante o governo Bolsonaro, Tereza Cristina:

[...] tivemos aquela seca em 2022, que foi o último ano do governo, veio a ministra Tereza Cristina aqui para Chapecó

e fala que *os agricultores têm que puxar as orelhas de São Pedro, tem que rezar mais para chover* [...] a gente não conseguiu entregar a pauta para a ministra, enviamos pro secretário, e o secretário vai pro terceiro, quarto, escalão, não sei se alguém viu, se alguém olhou, mas nunca tivemos uma resposta também (Valença, 2023, informação verbal)

Ao dizer que, diante dos estragos e das dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares decorrentes de uma longa estiagem, eles deveriam “rezar para chover”, a mensagem que o governo transmitia era: não haverá recursos para a agricultura familiar. Como se as intempéries da natureza fossem uma espécie de *seleção natural* daqueles aptos (ou produtivos), frente aos não aptos (ou não produtivos), na qual o governo não iria interferir, pouco importando se fosse o setor responsável pela produção de grande parte dos alimentos consumidos pela população e que mais gera empregos no meio rural.

Nesse período, o governo prometeu acabar com a unicidade sindical, pois, segundo o então secretário de Previdência Social e Trabalho, Rogério Marinho (que havia sido o relator da Reforma Trabalhista de 2017), o intuito era “criar concorrência entre os sindicatos” para “beneficiar os trabalhadores”¹¹. O ex-presidente Jair Bolsonaro nunca escondeu sua ojeriza aos sindicatos, de modo que, além da referida política, fazia constantes ataques a tais organizações, como em discurso a pecuaristas no Dia do Trabalhador de 2021, quando gabou-se de que em seu governo, no 1º de Maio não se viam mais bandeiras e camisetas vermelhas “como se fôssemos um país socialista”, mas sim bandeiras verdes e amarelas com “homens e mulheres que trabalham de verdade”, e que graças a seu governo estar “minando” os recursos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o movimento perdeu “bastante força” e deixou de “levar o terror ao campo”¹².

Assim, diante de um cenário em que o Estado se fechou à interlocução, passou a desqualificar os movimentos enquanto interlocutores e ignorar suas

¹¹ “Depois da Previdência, governo vai propor fim da unicidade sindical”. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/valdo-cruz/post/2019/03/06/depois-da-previdencia-governo-vai-propor-fim-da-unicidade-sindical.ghtml>. Acesso em: 24 maio 2024.

¹² “No Dia do Trabalho, Bolsonaro critica sindicatos e MST em live”. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/no-dia-do-trabalho-bolsonaro-critica-sindicatos-e-mst-para-ruralistas/>. Acesso em: 24 maio 2024.

manifestações (Medeiros, 2020), a FETRAF passou a enfrentar dificuldades também em relação à sua base social. Com uma área de atuação dividida em 8 regionais, a FETRAF-RS tem sindicatos locais e regionais e associações que abrangem 58 municípios gaúchos e uma base de 38.703 agricultores familiares. Em 2014, ano da fundação da Federação estadual, seu número de associados era de 17.398. Entre 2014 e 2017, primeiro dado obtido após o Golpe, a FETRAF-RS perdeu quase 4 mil associados, e entre 2014 e 2022, período que perpassa os governos de direita recentes, foram mais de 9 mil agricultores familiares que deixaram de ser associados aos sindicatos da FETRAF, uma redução de mais de 50%.

Este fenômeno ainda carece ser mais bem estudado, porém alguns indícios apontam que possíveis causas seriam a de que a ascensão de muitos destes sujeitos a uma suposta *classe média rural* graças às políticas públicas teria produzido consigo uma percepção de não mais dependência destas e dos sindicatos. Outro ponto seria a postura dos governos liderados pelo PT frente às demandas dos povos indígenas, as quais no Rio Grande do Sul geraram atritos com agricultores familiares, sobretudo em áreas de colonização italiana e alemã, onde indígenas reivindicavam a retomada de seus territórios. Enquanto o governo, ainda que com diversas contradições, sinalizou apoio às pautas indígenas, políticos conservadores locais atacaram tais demandas e defenderam de forma irrestrita a propriedade privada¹³ (Picolotto; Lazzaretti, 2023).

Porém, além do conservadorismo da base, a perda de associados parece refletir também a forma de atuação do sindicalismo da agricultura familiar durante os governos liderados pelo PT, em que as energias da vida sindical foram canalizadas majoritariamente na participação de espaços institucionais e na elaboração, negociação e implementação de políticas públicas, uma dinâmica que organizava os principais momentos de interação com a base, e a partir da qual o sindicalismo conseguiu apresentar resultados positivos aos agricultores. Tais resultados, sem dúvida, melhoraram a vida da base social da agricultura

¹³ Ver declaração do então deputado Luiz Carlos Heinze, que depois foi eleito Senador pelo Partido Progressista. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/02/em-video-deputado-diz-que-indios-gays-e-quilombos-nao-prestam.html>. Acesso em: 31 out. 2022.

familiar, porém criaram certa dependência desta dinâmica que envolvia fundamentalmente a presença do Estado e suas políticas, de forma que, quando essa dinâmica foi unilateralmente interrompida por parte do governo federal, o sindicalismo da FETRAF entrou em crise. Sobre isso, uma liderança entrevistada avalia que

[...] o principal impacto em relação ao governo Temer e Bolsonaro foi o fato de nós não conseguirmos responder às demandas dos agricultores, o fato de tu não ser recebido pelo governo significa que tu não consegue responder. Obviamente o agricultor enxerga isso, o sindicato não responde minhas pautas não tem por que ter o sindicato. Então acho que impactou. Para além disso, talvez uma forma mais grave também, a própria perseguição ao movimento sindical, no intuito de desqualificar e assim por diante, de retirar também o conjunto de serviços que a gente prestava em termos de política pública (Cenci, 2023, informação verbal).

Medeiros (2020) chama atenção para o fato de que algumas mudanças que vinham ocorrendo desde o segundo governo Lula e durante o governo Dilma já afetavam os movimentos sociais do campo, como a redução das desapropriações de terras para a reforma agrária, que resultou na diminuição também do número de ocupações. A autora explica que, diante da redução na expectativa de conquistas, tornava-se mais difícil a mobilização para os acampamentos, o que se agravou ainda mais após o Golpe de 2016, com a mudança de critérios para obtenção de terras que tornava dispensável a participação no movimento (Medeiros, 2020). Assim, ao perder o acesso facilitado ao Estado e às políticas públicas conquistado no período anterior, o sindicalismo da agricultura familiar enfrentou um grande desafio para mobilizar sua base, afetada seja pelo conservadorismo e pela adesão ao discurso antissindical em voga, seja pelo receio de enfrentamentos e perseguição, mas também pela quase inexistência de perspectiva de conquistas. Ademais, o que já estava difícil piorou ainda mais com a pandemia de covid-19, entre 2020 e 2021.

Os trabalhos de Medeiros (2020), Teixeira (2023) e Carvalho (2024) chamam a atenção para a necessidade de observar as ações semipúblicas

(ou de reprodução social) dos sindicatos, para evitar incorrer no erro de taxar a ausência ou diminuição de ações públicas como imobilismo por parte dos movimentos. Como nosso intuito é analisar as ações da FETRAF-RS frente ao Estado, apenas mencionaremos aqui algumas ações da Federação, no sentido apontado pelos autores. Nesse período, alguns poucos sindicatos da FETRAF realizaram o Mutirão da Agricultura Familiar (uma espécie de trabalho de base rotineiro realizado nas comunidades rurais, descrito em Lazzaretti, 2024), num formato de visitas domiciliares¹⁴, não mais em reuniões de comunidades. Além disso, a Federação articulou campanhas de sindicalização com o reforço no oferecimento de serviços aos associados, sob o slogan “Venha Para o Sindicato: Além de defender teus direitos, o sindicato oferece os seguintes serviços” (FETRAF-RS, 2021a, p. 18). No entanto, como informou um membro da direção executiva, durante a pandemia a entidade precisou reduzir sua estrutura em 40%, o que impactou na liberação de dirigentes e na oferta de serviços, além de a orientação para redução ter sido passada também aos sindicatos de base (Alba, 2023, informação verbal).

Esse breve panorama permite, portanto, compreender o impacto do Golpe de 2016 sobre o sindicalismo da agricultura familiar e sua ação diante do Estado. Na próxima seção, será feita a apresentação e a análise do repertório de ação da FETRAF-RS entre 2016 e 2022.

Quando um não quer, dois não negociam: análise da atuação da FETRAF-RS diante do Estado entre 2016 e 2022

Se, na compreensão de Abers, Serafim e Tatagiba (2014), a noção de *repertório de interação* seria mais adequada para analisar a relação entre movimentos sociais e Estado durante um período de maior permeabilidade deste, como se deu durante os governos liderados pelo PT, na análise do período posterior a 2016 faz-se pertinente a retomada do conceito

¹⁴ Segundo divulgado na página da FETRAF-RS no *Facebook*, em março e abril de 2019 houve a publicação de relatórios de mutirões realizados nas regiões de atuação (porém não foi possível acessá-los) e em janeiro de 2021 houve o lançamento do Programa Mutirão da Agricultura Familiar. Segundo informa esta última publicação, seriam realizadas visitas domiciliares e as demandas levantadas serviriam de subsídio para os debates do Congresso da FETRAF-RS, realizado em abril de 2021 de forma virtual, onde foi eleita nova direção. Disponível em: <https://www.facebook.com/fetrafrigrandedosul/posts/pfbid02qikxDVH6SWxsCP4omFcsRcPLgLpd69vTEkBFb7uiWKEXu1fQn3uFZUoPANUY6PRml>. Acesso em: 21 dez. 2023.

de *repertório* mais próximo ao de confronto, como nas elaborações de Tilly (2006; 2008). É necessária, porém, uma problematização: nesse novo contexto, o confronto existiu em momentos específicos, mas predominou a tentativa de negociação, frustrada pela postura do Governo, que se negava a negociar.

O mapeamento sobre os repertórios utilizados se deu a partir da página da FETRAF-RS no *Facebook*¹⁵, uma vez que foi este o principal meio de divulgação das ações e notícias da Federação durante o período analisado. Para tanto, foram analisadas todas as publicações a partir de setembro de 2016 (primeiro mês de governo Temer) até dezembro de 2022 (último mês de governo Bolsonaro), sendo coletadas aquelas que informaram a respeito da atuação da entidade frente ao Estado. A partir da coleta, quatro tipos de ações se destacaram¹⁶: a) protesto e ação direta; b) diálogo e negociação; c) articulação com o legislativo; d) posicionamento público. O repertório de protesto e ação direta é composto de concentrações, marchas, ocupações e trancamento de prédios públicos, bloqueio de rodovias e acampamentos. Em boa parte dos casos, tais ações ocorreram em conjunto a outros movimentos. O repertório de diálogo e negociação compreende aqueles momentos divulgados pela entidade em que um ou mais representantes estiveram reunidos com secretários, ministros ou outros membros dos governos para a entrega de pautas e reivindicações, sejam tais momentos acompanhados ou não de manifestações. Já a articulação com o legislativo envolveu reuniões, participação em atividades e comissões convocadas por deputados, ou articulações do movimento com deputados próximos politicamente. Por fim, o repertório de posicionamento público é composto principalmente de notas publicadas pela entidade, como forma de manifestar repúdio, denunciar ou propor ações, diante das dificuldades de negociação. A Tabela 1 é resultado da coleta e análise da divulgação das ações da FETRAF-RS; tem-se a seguinte organização:

¹⁵ A página da FETRAF-RS no *Facebook* pode ser acessada pelo link <https://www.facebook.com/fetrafriograndedosul>.

¹⁶ Destacamos aqui que boa parte das ações não foram exclusividade da FETRAF, seja porque faziam parte da estratégia nacional da CONTRAF, seja porque foram pensadas e executadas em parceria com outros movimentos do campo. A tabela completa das ações coletadas encontra-se nos anexos da dissertação de Lazzaretti (2024).

Tabela 1 – Principais repertórios de ação da FETRAF-RS frente ao Estado entre 2016 e 2022

Ano	Classificação e repetição	Nº de ocorrências ¹⁷	Principal endereçado	Temas
2016* (set.- Dez.)	Protesto e Ação Direta	5	Legislativos Federal e Estadual	Contrariedade à Reforma da Previdência, à PEC do Teto de Gastos; e medidas do governo estadual
	Diálogo e Negociação	2	Executivo Federal	Continuidade das políticas públicas para a Agricultura Familiar
	Articulação com o Legislativo	2	Legislativo Federal	Contrariedade à Reforma da Previdência
2017	Protesto e Ação Direta	4	Legislativo Federal e Executivos Federal e Estadual	Contrariedade à Reforma da Previdência e Crise da cadeia leiteira
	Diálogo e Negociação	4	Executivos federal e estadual	Ajuda para os atingidos pelas chuvas e pela estiagem; Crise da cadeia leiteira
	Articulação com o Legislativo	2	Legislativo Federal	Contrariedade à Reforma da Previdência
2018	Protesto e Ação Direta	2	Judiciário	Contrariedade à prisão de Lula
	Diálogo e Negociação	2	Executivo Estadual	Impactos da greve dos caminhoneiros sobre a produção da AF
	Posicionamento Público	2	Executivo Federal e Estadual e Poder Judiciário	Apoio à greve dos caminhoneiros e responsabilizando os governos federal e estadual pelos impactos aos agricultores; repúdio à prisão de Lula
	Protesto e Ação Direta	1	Legislativo Federal	Contrariedade à Reforma da Previdência
2019	Diálogo e Negociação	2	Executivos Federal e Estadual	Entrega de pauta anual para o governo estadual; Crise da cadeia leiteira
	Articulação com o Legislativo	2	Legislativo Federal	Contrariedade à Reforma da Previdência
	Posicionamento Público	2	Executivos federal e estadual	Repúdio ao fim da cobrança tarifária das importações de leite; Crítica ao governo estadual por “esquecer” a AF
	Protesto e Ação Direta	3	Executivo estadual; Legislativo e Executivo federais	Estiagem e auxílios para produção; Aprovação da Lei Assis Carvalho e sanção presidencial; Mortes pela covid-19
2020	Diálogo e Negociação	5	Executivos Federal e Estadual	Entrega de pauta com demandas sobre estiagem e covid-19
	Articulação com o Legislativo	1	Executivos Federal e Estadual	Demanda por auxílios produtivos e tema da estiagem
	Posicionamento Público	4	Executivo Estadual	Desconsideração pela AF e compra de alimentos de empresa atacadista; Campanha pública por valorização profissional; Estiagem, ciclone e coronavírus; Reforma Tributária
2021	Protesto e Ação Direta	2	Executivos Federal, Estadual e Municipal	Campanha pelo <i>lockdown</i> /pandemia; cobrança de políticas para a AF
	Diálogo e Negociação	4	Executivo Estadual	Andamento do projeto de Crédito Emergencial estadual
2022	Protesto e Ação Direta	4	Executivos Federal e Estadual	Estiagem
	Diálogo e Negociação	10	Executivos Federal e Estadual	Estiagem; Compras institucionais
	Articulação com o Legislativo	4	Executivos Federal e Estadual	Estiagem

Fonte: Elaboração própria com base nas notícias publicadas na página da FETRAF-RS no *Facebook*.

¹⁷ Foram consideradas as ocorrências de cada ação, e não o número de postagens sobre uma mesma ação.

Chama atenção a quantidade de ações voltadas para o Poder Legislativo, sobretudo o federal, algo já apontado por Carvalho *et al.* (2022) analisando as ações dos movimentos sociais rurais na pandemia de covid-19. Durante a pandemia, no governo Bolsonaro, o diálogo foi praticamente interrompido com o executivo federal, de forma que as demandas passaram a ser direcionadas primeiramente aos parlamentares, visando obter apoio para pressionar o governo, para propor leis e para votar contrariamente às proposições do governo federal que a FETRAF-RS considerava nocivas à agricultura familiar. Representa também uma busca por novos interlocutores dentro do Estado. Se antes o contato se dava diretamente com secretários, ministros do MDA e Casa Civil e até mesmo com o Presidente da República, neste novo contexto marcado pelo afastamento do governo em relação aos movimentos sociais, a FETRAF-RS passou a buscar apoio de deputados estaduais, federais e senadores para garantir a interlocução e mediação de suas demandas junto aos governos. Por um lado, tal estratégia reduziu danos e garantiu um mínimo patamar de acesso ao Estado, porém também colocou a entidade em risco de dependência, pois, da mesma forma que ela precisa da ajuda dos parlamentares, seja na interlocução, seja na liberação de emendas parlamentares, estes também buscam o apoio da Federação para acessar suas bases nos anos eleitorais.

No mesmo sentido, cresceu o número de ações voltadas ao governo estadual. Com o fechamento dos canais de diálogo com o governo federal, sobretudo a partir da gestão de Bolsonaro, os governos estaduais, apesar de serem de direita, não se colocavam de maneira tão hostil. Porém, acompanhando a polarização política crescente no país a partir de 2018, as lideranças da FETRAF apontam para algumas diferenças no tratamento da agricultura familiar entre as gestões de José Ivo Sartori (Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, 2015-2018) e Eduardo Leite (Partido da Social-Democracia Brasileira – PSDB, 2019-2022):

No próprio governo do Sartori, o [Tarcísio] Minetto virou secretário [do Desenvolvimento Rural] também, uma pessoa que tinha uma certa relação com a FETRAF, não foi uma indicação nossa, não teve influência nossa, mas tinha isso, não dá para se dizer que era da FETRAF (Valença, 2023, informação verbal).

[...] o governo Leite era representado pela família Covatti¹⁸, e foi muito difícil você fazer o diálogo aí, porque extinguiu a Secretaria de Desenvolvimento Rural e tudo passou a ser atendido pela Secretaria da Agricultura (Alba, 2023, informação verbal).

O primeiro governo Leite, no início acho que a FETRAF não sei se chegou a fazer mobilização, mais por conta da pandemia também, mas depois na sequência para estabelecer o processo de negociação em relação ao tema da estiagem, nós chegamos a entregar a pauta, o governador recebeu [...] acho que recebeu uma vez, para receber a pauta da estiagem em 2021, então recebeu e não avançava, e a gente estabeleceu um processo de mobilização bastante intenso inclusive, para fazer andar, fazia mobilização, era recebido, dava um passo, as coisas não andavam. Ia para a rua de novo, dava mais um passo. A gente caminhou um pouco, mas não foi muito longe nas conquistas. Pouca compreensão, não teve muito de anúncio até do governo do estado, que depois efetivou muito pouco (Cenci, 2023, informação verbal).

Se durante o governo Sartori, apesar das divergências partidárias, manteve-se à frente da SDR um interlocutor com diálogo positivo¹⁹ com os movimentos do campo, ainda que sem capacidade política e orçamentária para atender às suas demandas, durante o primeiro governo de Eduardo Leite a SDR foi extinta, e as atribuições referentes à agricultura familiar foram absorvidas pela Secretaria da Agricultura, que passou a ser chamada de Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAPDR) e chefiada por representantes da família que é uma das maiores expoentes políticas do agronegócio no estado. Da mesma forma que ocorreu em nível federal, as demandas da agricultura familiar no RS foram diluídas no agronegócio e seus espaços políticos próprios foram desmontados.

Outro ponto que merece destaque é referente aos temas das ações. No período anterior havia um processo anual regular de elaboração de

¹⁸ A pasta foi dirigida até 2021 pelo deputado federal licenciado Covatti Filho, do Partido Progressista (PP), e durante 2022 por sua mãe, Silvana Covatti, deputada estadual pelo PP. O sítio Repórter Brasil detalha a atuação de Covatti Filho em pautas ambientais e o apoio recebido por empresários e empresas do agronegócio. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2022/05/ruralista-novo-presidente-da-comissao-de-meio-ambiente-da-camara-tem-historico-de-atuacao-ambiental/>. Acesso em: 8 ago. 2023.

¹⁹ Tarcísio Minetto foi um dos fundadores da Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), tendo sido indicado para o cargo pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) e contando com apoio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (FETAG-RS). Minetto também teve passagem como dirigente da Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado do Rio Grande do Sul (FECOAGRO-RS).

pautas e negociações. A CONTRAF fazia a elaboração da pauta nacional em conjunto com as federações estaduais. Estas federações também elaboravam pautas estaduais direcionadas ao Executivo estadual. Somadas a essas, frequentemente havia as pautas ambientais e conjunturais. Ao se analisar a Tabela 1, percebe-se que apenas em uma das ocorrências da ação denominada diálogo e negociação houve entrega de pauta anual ao governo estadual. Todas as demais foram referentes às chamadas pautas ambientais e conjunturais, sendo as principais dentre elas a estiagem, os estragos pelas chuvas e o preço do leite. Soma-se a isso as demandas por crédito emergencial e suporte estatal para a produção de alimentos durante a pandemia. Isto denota que, durante este período, os momentos de negociação entre a FETRAF e o Estado para tratar pautas e demandas ocorreram muito mais por emergências do que por uma rotina de negociações, como ocorreu durante os governos liderados pelo PT. Foram majoritariamente pautas defensivas e/ou reativas diante de ataques e desmontes de políticas, ou devido às emergências climáticas e ambientais. Conforme analisado, de modo geral, as demandas se repetiram nos momentos de negociação, pois não eram atendidas, exigindo frequentes combinações de protesto e ação direta e diálogo e negociação para poder negociar com o alto escalão dos governos ou mesmo com o governador, bem como para fazer avançar as negociações já iniciadas.

O fato de ter dificuldades para se fazer ouvir e abrir negociações, bem como estas quando ocorreram terem sido majoritariamente infrutíferas, é indicativo da dificuldade encontrada em mobilizar sua base, fator que se agravou durante a pandemia. Se, diferente do que ocorreu em períodos mais favoráveis, as manifestações deixaram de ser quase protocolares e passaram a ser uma necessidade, o número de pessoas da base envolvidas nas ações de protesto e ação direta ganha enorme relevância. Também por conta disso, percebe-se que especialmente na pandemia a FETRAF participou de ações organizadas em conjunto com os demais movimentos do campo, com destaque para a União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES) e os movimentos da Via Campesina²⁰ (Movimento dos Trabalhadores Rurais

²⁰ Organização internacional de camponeses composta de movimentos sociais de diversos países, fundada em 1993. No Brasil, os principais movimentos componentes são MST, MPA, MAB e MMC.

Sem Terra – MST, Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, Movimento dos Atingidos por Barragens –MAB, Movimento de Mulheres Camponesas – MMC). A dificuldade em avançar nas pautas para a base social forçou a união entre movimentos que mantinham divergências históricas (Picolotto, 2022).

O PT seguiu atuando como parceiro estratégico da FETRAF, pois a entidade buscou articular-se com parlamentares aliados da agricultura familiar e, analisando as ações de negociação com os poderes executivos, bem como na articulação com o legislativo, os parlamentares envolvidos pertenciam a este partido. Destaca-se também a forte relação estabelecida com o senador petista gaúcho Paulo Paim, que foi uma das principais vozes públicas no Parlamento a discutir a pauta da previdência social, com elaboração e distribuição de cartilhas informativas, realização de audiências públicas na capital e em municípios do interior do estado, em parceria principalmente com a FETRAF-RS, que organizou uma caravana de mobilização contra a Reforma da Previdência no estado contando com a participação do senador, como relata Cleonice Back:

Nós fazíamos reuniões nos municípios, plenárias regionais, nós fizemos, por exemplo, a Caravana da Agricultura Familiar em Defesa da Previdência. Naquela vez nós conseguimos trazer o senador Paim, ele foi para cinco regiões de atuação da FETRAF e acompanhou essa caravana da agricultura familiar em defesa da Previdência. Então, nós conseguimos reunir em cada município, em cada região que nós fizemos a caravana, nós reunimos mais de mil pessoas em cada local, e aí depois fizemos abaixo-assinado, fizemos seminários, fizemos reuniões, fizemos mobilizações regionais, trancamento de trevos, fizemos uma pressão nas câmaras de vereadores para pressionar também os deputados, senadores (2023, informação verbal).

Como reação à proposta de Reforma da Previdência que iria alterar as regras para a aposentadoria dos agricultores familiares, a FETRAF-RS organizou uma caravana com o senador Paulo Paim, realizando plenárias regionalizadas em municípios de atuação da Federação, que contaram com a participação de centenas de agricultores familiares. Além disso, em uma ação pouco usual, o referido senador, acompanhado de dirigentes da FETRAF, visitou a propriedade de uma agricultora familiar que havia divulgado um

vídeo em que mostrava seu dia a dia de trabalho, tendo feito uma provocação para que os parlamentares favoráveis à reforma da previdência fossem até lá e experienciassem a mesma rotina. Paim participou das atividades laborais da agricultura familiar e, em novo vídeo, aproveitou para defender a derrubada da proposta. No que diz respeito à forte relação estabelecida entre o senador Paim e a FETRAF-RS, cabe destacar que em 2018 a ex-coordenadora geral da entidade, Cleonice Back, após convite de Paim, fez parte de sua chapa que concorria à reeleição para o Senado, na condição de primeira suplente²¹.

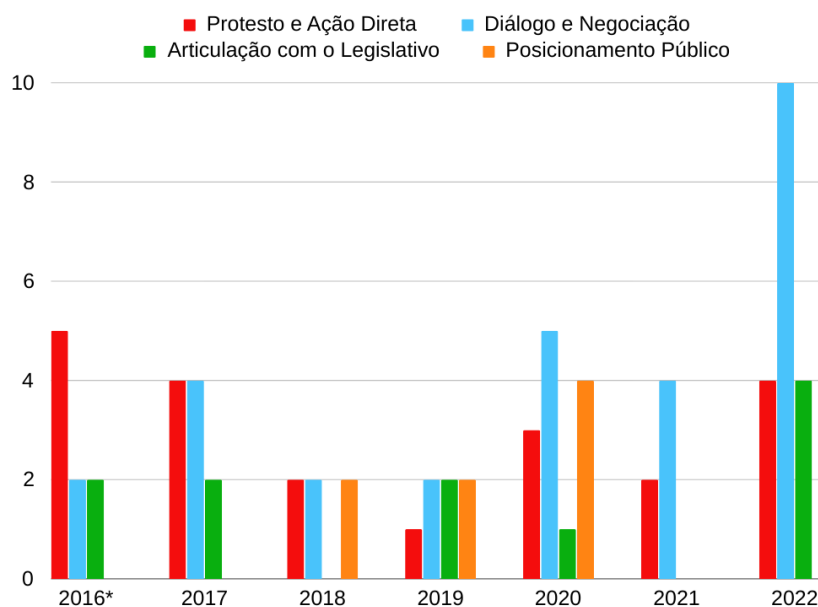
Apesar das dificuldades, a FETRAF-RS – em conjunto com os demais movimentos – obteve algumas conquistas, como manutenção de direitos como a idade para aposentadoria dos agricultores familiares quando da aprovação da reforma da previdência em 2019 (Bagnara, 2021) e, a partir de 2021, como a anistia no programa Troca-Troca do governo estadual, a aprovação da Lei Assis Carvalho II, que visava ao pagamento de auxílio emergencial aos agricultores familiares durante a pandemia, e em 2022, a regulamentação do pagamento do programa do governo estadual SOS Estiagem.

Quando se analisa o repertório de protesto e ação direta durante o período, percebe-se que o número de ações deste tipo manteve-se estável, com pequenas oscilações, mas presente em todos os anos. Nos quatro meses finais de 2016 (após o Golpe), foram 5 ocorrências deste repertório, a marca mais alta até 2022. Reduziu-se progressivamente até 2019, quando foi utilizado uma vez em decorrência da retomada, agora pelo governo Bolsonaro, da proposta de reforma da previdência. Diferente do governo Temer, que precisou recuar na proposta, Bolsonaro conseguiu aprová-la. Os trabalhadores rurais e agricultores familiares, no entanto, conseguiram que o governo os retirasse da proposta que foi aprovada. Em 2020, foram registradas 3 ocorrências, porém, por ser o primeiro ano da pandemia, os atos de protesto tiveram caráter diferenciado, como atos virtuais (Carvalho *et al.*, 2022) e protestos simbólicos com número delimitado de pessoas e distanciamento, frequentemente com a colocação de faixas, cartazes e símbolos, articulado a um maior uso do repertório de posicionamento público, que atingiu seu ápice em 2020. Em 2022, o número

²¹ Paim foi reeleito para 8 anos de mandato como senador – Cleonice como suplente –, tendo obtido 1.875.245 votos. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/eleicoes/2018/noticia/2018/10/07/luis-carlos-heinze-pp-e-paulo-paim-pt-sao-eleitos-senadores-pelo-rio-grande-do-sul.ghtml>. Acesso em: 16 jan. 2024.

de ações foi 4. A Figura 1 permite uma visualização do conjunto dos repertórios adotados entre 2016 e 2022:

Figura 1 – Repertórios da FETRAF-RS entre 2016 e 2022 por tipo e ano



Fonte: Elaboração própria com dados coletados da página da FETRAF-RS no *Facebook*.

Por meio da análise dos temas do repertório de protesto e ação direta, percebe-se a mudança de caráter em relação ao período dos governos liderados pelo PT. Naquele período, seja nas pautas regulares, seja nas pautas conjunturais, este repertório inseriu-se na dinâmica maior de negociação, como forma de dar respaldo aos interlocutores no governo e para pressionar pelo avanço das negociações. No período de 2016 a 2022, predominaram ações deste tipo de forma reativa ou reivindicativa. De 2016 até 2019, ganham destaque os temas da contrariedade às duas propostas de reforma da previdência e a outras propostas dos Executivos Federal e Estadual que seriam apreciadas pelos respectivos poderes legislativos, portanto os protestos ocorreram tanto em contrariedade às proposições governamentais quanto, em um segundo momento, como forma de pressão aos parlamentares e, quando aprovadas, em denúncia aos que votaram favoravelmente aos governos.

As demandas relacionadas à crise climática e ambiental também foram constantes, como a exigência de medidas para reduzir os impactos causados

pelas longas estiagens que se abateram sobre o RS nos últimos anos, e, em meio aos longos períodos de seca, momentos de fortes chuvas e temporais que também causaram estragos. Durante a pandemia, a FETRAF-RS somou-se aos demais movimentos, partidos e organizações de esquerda na luta para que os executivos federal, estadual e municipais comprassem e distribuíssem vacinas para a população e pelo grande número de mortos, denunciando a negligência do governo federal, e de forma específica, em parceria com os movimentos sociais rurais em geral, atos exigindo auxílios e incentivos para a produção de alimentos.

Em 2018, as duas ocorrências registradas de utilização do repertório de protesto e ação direta, destoando das demais, tiveram como tema o julgamento que condenou Lula à prisão, ao que os movimentos denunciavam como mais um golpe, uma vez que o encarceramento do ex-presidente, que liderava as intenções de voto na corrida presidencial daquele ano, acabou por retirá-lo da disputa e abriu caminho para a vitória de Bolsonaro. Naquele mesmo ano, depois de consumada a prisão, houve manifestações em algumas regionais de atuação da FETRAF-RS, com trancamento de rodovias reivindicando a liberdade de Lula. Destaca-se que elas ocorreram no período que, como relatado por um dirigente, a entidade passava por divergências internas quando um dos grupos defendia o afastamento da política, o que pode explicar que nem todas as regionais da FETRAF no RS realizaram ou participaram dos atos, que foram organizados em parceria com os movimentos sociais e centrais sindicais.

É possível visualizar, portanto, que até 2021 houve um certo equilíbrio entre os diferentes repertórios, sobretudo entre o de protesto e ação direta e o de diálogo e negociação. Porém, desde 2020, este último passou a ser mais numeroso, distanciando-se expressivamente em números em 2022²². É preciso ressaltar, no entanto, como foi possível compreender a partir das entrevistas e do quadro de análise, que embora numerosas, as ações de diálogo e negociação muitas vezes tratavam de pautas já discutidas, mas que não haviam avançado. Além disso, o relato de que o diálogo e a apresentação de pautas foram difíceis com o governo estadual e praticamente impossíveis com o governo federal,

²² Durante a pandemia, muitas das reuniões de negociação ocorreram de forma remota/virtual. Foram assim os poucos momentos em que, por exemplo, a FETRAF-RS conseguiu se reunir com o governador Eduardo Leite e com a ministra Tereza Cristina.

demonstra o esvaziamento da efetividade deste repertório, que foi o principal eixo de atuação no período anterior.

O repertório de posicionamento público, por meio de notas de repúdio, posicionamento e proposições, parece ter tido mais de uma utilidade. Serviu como forma de divulgar a opinião da direção da entidade, diante da rapidez e do volume de mudanças e acontecimentos da conjuntura, na impossibilidade de dar conta de todos os processos. Serviu como complementação dos demais repertórios, seja para apresentar discordâncias e repúdio a ações governamentais e denunciar a falta de diálogo. Durante a pandemia, ante o isolamento social, foi também uma das principais – para não dizer uma das poucas – ferramentas utilizadas, especialmente em 2020, quando ainda não haviam sido retomados os atos presenciais.

Por fim, no que diz respeito aos protestos e ação direta, deve-se retomar os protestos em oposição à reforma da previdência, realizados com mais força em 2017 e 2019, quando da discussão e votação dos projetos de Temer e Bolsonaro, respectivamente. Quando questionadas sobre as ações realizadas pela FETRAF-RS durante o período aqui analisado, todas as lideranças da Federação fizeram referência a estas mobilizações. Nelas a entidade despendeu enormes esforços, por se tratar de uma pauta histórica dos agricultores familiares e um tema muito caro atualmente, especialmente porque se vincula à questão do envelhecimento da população rural. O destaque dado pelas lideranças também é motivado pelo fato de que, do ponto de vista da agricultura familiar, a luta teve resultados positivos, pois os trabalhadores rurais foram excluídos da proposta, enquanto outros segmentos de trabalhadores (urbanos, sobretudo) não tiveram a mesma sorte. O processo de resistência à reforma e exigência de retirada dos agricultores familiares da proposta é detalhado na fala do coordenador-geral da FETRAF-RS:

Nós fizemos um primeiro momento que foi de sensibilização dos agricultores, de mostrar o que estava acontecendo em torno da reforma da previdência, de questionar as necessidades da mudança e a legitimidade de manter o direito. Então foi um processo que envolveu a produção de material, assembleias em todos os municípios, processo de diálogo bastante intenso com os agricultores, como foi também um tema que interessava

muito, muito caro para os agricultores foi possível envolver um grande número de agricultores nesse processo. Depois nós passamos a estabelecer um processo de luta que foi de pressão para cima dos deputados, fizemos materiais com o contato dos deputados, *e-mail*, telefone dos gabinetes, tentando, nós fizemos levantamentos por exemplo, ligamos, não enquanto FETRAF, me lembro que foi enquanto sindicato, a gente ligava para todos os deputados, pedia a posição deles e depois divulgava a posição nos materiais, nos rádios. Então ia para cima dos vereadores, dos apoiadores desses deputados que declaravam apoio à reforma, boa parte deles não falava nada ou às vezes até respondia para nós que era contra, depois ia se posicionando a favor. Então a gente ia classificando ali e marcando, a gente espalhou cartaz com a cara dos deputados, em todo o estado aqui nas rodovias, nas cidades, e depois intensificamos mais próximo à votação, de mobilização. Nas duas reformas nós fizemos os acampamentos contra a reforma da previdência que eram às margens das principais BRs [rodovias] aqui no estado, se não me engano foram quatro dias de acampamento e um último dia de fechamento da rodovia. Juntava bastante gente, nós ficava acampado, literalmente acampado, nós tinha estrutura de lona, fazia comida e ao longo da rodovia colocava as placas com as fotos dos deputados que eram contra, e faixa... Nesse sentido, são algumas dessas ações da estratégia que a gente montou para evitar a reforma, de ir para cima não mais do governo que tinha colocado o projeto no congresso, mas de ir para cima dos deputados. Acho que funcionou, deu certo, porque a gente conseguiu segurar a idade, a principal pauta era idade e aposentadoria das mulheres, que para mim é uma questão muito simbólica, que acho que valia a pena (Cenci, 2023, informação verbal).

Percebe-se, assim, que a classificação das ações realizada aqui é meramente metodológica. O grande momento de protesto e ação direta da FETRAF-RS em relação aos governos de direita recentes foi a resistência às duas propostas de reforma previdenciária, porém o momento final (marchas, trancamentos, acampamentos e piquetes) foi precedido por um intenso processo de discussão, planejamento, conscientização e mobilização, articulação com parlamentares e outras formas de pressão, que, se analisadas isoladamente, não se encaixam neste repertório, porém fizeram parte do processo. Merece destaque o fato de que, uma vez que a proposta de reforma partiu do governo e este se mostrou pouco aberto ao diálogo e negociação para a retirada dos rurais da proposta,

a pressão voltou-se aos parlamentares que iriam votar e/ou propor alterações, ativando toda uma rede de pressão iniciada nos municípios, por meio de programas de rádio, de vereadores e prefeitos, passando por deputados estaduais, até chegar aos deputados federais e senadores.

Se, como identificado por Abers, Serafim e Tatagiba (2014), no último período o repertório de protesto e ação direta havia sido adaptado como parte do processo de negociação, buscando garantir o avanço do diálogo regular já iniciado, com os governos de direita recentes ele voltou a ser utilizado nos moldes das décadas de 1980 e 1990, para chamar atenção para as pautas e forçar a abertura de negociações com o governo. Há, porém, mudanças expressivas em relação àquele período, tanto nas forças políticas que compõem o governo quanto na relação e na capacidade de mobilização das bases para ações de confrontação. Neste sentido, se não há força suficiente a ser demonstrada para que o governo ceda à pressão, coloca-se em xeque a atuação da entidade. Ilustrando este dilema, uma das lideranças asseverou que “é até mais fácil fazer mobilização nos governos do PT, porque a gente sabe que tem diálogo, existe possibilidade de avançar”, enquanto durante os governos Temer e Bolsonaro “a gente fazia mobilização e eles nem sequer davam bola para a mobilização que estava acontecendo, simplesmente ignoravam a mobilização” (Back, 2023, informação verbal). Outra liderança revela, neste sentido, que “a gente nem chegou a fazer mobilização para avançar na pauta porque não tinha condição nenhuma de avançar, não tinha processo de negociação estabelecido, eram muito mais mobilizações para não retroceder e evitar retrocessos” (Cenci, 2023, informação verbal).

A crise pela qual passou o sindicalismo da FETRAF-RS, portanto, diz respeito à busca por se localizar no novo cenário instaurado após o Golpe, bem como testar quais ações, dentre o repertório conhecido, seriam mais eficazes naquele contexto. Porém, num contexto em que as classes dominantes no poder encontravam-se com bastante força e hegemônicas no Estado e sociedade, fazendo inclusive com que as direções da FETRAF tivessem que moderar seu discurso em relação ao governo ao dialogar com a base²³ e tentar

²³ Uma passagem em revista da FETRAF-RS (2021b, p. 3) ilustra bem isso: “A questão não é se gostamos ou não do governo, mas de saber se o que ele faz nos ajuda a ter uma vida melhor. Quando o governo atrapalha nossa vida, só temos uma saída: nos organizar e lutar”. A linguagem utilizada demonstra certo cuidado ao falar do governo Bolsonaro, possivelmente pelo fato de que parcelas expressivas da base da Federação votaram nele.

expressar as demandas da agricultura familiar diante de um governo hostil, a persistência das tentativas de negociação reforçam a percepção de que este sindicalismo seguiu bastante dependente de tal repertório e/ou ainda não encontrou saídas para o problema.

Neste sentido, o repertório de protesto e ação direta, articulado com o trabalho de base, a mobilização e o contato e pressão aos parlamentares foi o que se mostrou mais eficaz. Porém, tanto a adesão da base quanto o esforço de mobilizá-la por parte da entidade parecem não ter se repetido nas demais ações, mesmo naquelas realizadas em conjunto com os movimentos da Via Campesina, inclusive porque, como dito anteriormente, a direção encontrou-se dividida quanto às demais pautas até 2021. Entende-se que os elementos apresentados ao longo do texto auxiliam na compreensão deste dilema: a dependência das políticas públicas, a prioridade dada ao repertório de negociação, as dificuldades de realizar o trabalho de base, a cooptação de parcelas dos agricultores familiares pelo conservadorismo e pela ideologia do agronegócio, o surgimento de uma direita militante e em ofensiva, as mudanças no Executivo Federal e sua forma de se relacionar com os movimentos, chegando à hostilidade aberta e declarada do governo Bolsonaro.

Assim, num momento em que o Estado se fechou à participação e à interferência de grupos subalternos como os agricultores familiares, e, de certa forma, as classes dominantes no governo adotaram uma postura de maior conflitividade, o mesmo não ocorreu por parte do sindicalismo, que, como expressou um dirigente entrevistado, adotou uma postura de confronto mais no discurso do que em ações práticas. O repertório de ação da FETRAF-RS foi variado, o que demonstra a incerteza sobre sua utilização e efetividade, buscando repetir fórmulas que funcionaram em períodos anteriores. Coloca-se, assim, um desafio teórico de como classificar o repertório de ação utilizado pelos movimentos sociais frente aos governos de direita recentes. Nem *interação*, pois não houve permeabilidade do Estado, nem *confronto*, porque, para além do âmbito discursivo, a FETRAF não conseguiu confrontar o governo de forma predominante, apenas nos momentos específicos citados, mas manteve esforços no sentido de conservar seu repertório, num trânsito entre os dois modelos teóricos, permeado pelos dilemas apresentados.

Considerações finais

A categoria agricultura familiar surgiu como tal na década de 1990, a partir de diversos esforços, dentre os quais aquele empreendido pelo sindicalismo de trabalhadores rurais, que buscou valorizar a pequena produção de base familiar, conquistar políticas públicas e defender a agricultura como um modelo alternativo de desenvolvimento rural. Duas principais organizações sindicais se destacaram nesse processo: a CONTAG e a CUT. Naquela década, a Confederação chegou a se filiar à Central, porém a relação entre ambas seguiu sendo conflituosa, com a existência de oposições de lado a lado dentro das respectivas organizações. Em 2001, um setor cutista do Sul do Brasil decidiu pela criação de uma federação específica da agricultura familiar, agudizando as tensões, que culminaram com a saída da CONTAG da CUT em 2008. Posteriormente, em 2014, a FETRAF-Sul, que representava de maneira unitária os três estados do Sul, passou por um processo de estadualização, dando origem a federações estaduais, dentre as quais a FETRAF-RS, que seguiu atuando como entidade orgânica à estrutura da CUT.

Próxima politicamente do PT e de Lula, a FETRAF (Sul e depois RS) cresceu em termos de estrutura e atuação durante os governos liderados pelo PT, participando desde a elaboração das propostas de campanha, em 2001, até acessando cargos no governo, mantendo a proximidade e atuando em conselhos para a elaboração de políticas públicas, muitas das quais depois eram executadas pelos sindicatos, garantindo importante adesão e confiança de sua base social, que vivenciou o período de maior crescimento e investimento entre 2003 e 2016. Em especial o poder executivo federal, nesse momento, consolidou-se como o principal foco da atuação política do sindicalismo, mas também como importante fomentador da produção da agricultura familiar, por meio de diversas políticas públicas, como PRONAF, PAA, entre outras.

O Estado, com base no referencial exposto no texto, é permeado pela luta de classes, consistindo numa condensação material da correlação de forças entre as classes e frações de classes presentes na sociedade. Além disso, a partir da concepção gramsciana, entende-se que o Estado num sentido ampliado não

é formado apenas pelos órgãos governamentais ou pela sociedade política, mas também pela sociedade civil, espaço próprio da luta hegemônica, em que atuam os aparelhos privados de hegemonia, dentre os quais estão os sindicatos de trabalhadores, mas também organizações patronais. Por meio da sociedade civil, as classes e frações de classe podem se organizar para exercer pressão por mudanças no Estado. Neste artigo, para compreender a atuação da FETRAF-RS nesse sentido, optou-se pela adoção do conceito de repertório de ações, para detalhar as ações empreendidas pela Federação diante de um contexto adverso.

Tal contexto teve início com o Golpe de 2016, que representou a derrota da frente neodesenvolvimentista da qual a FETRAF fez parte e que lhe permitiu acessar o Estado num momento de maior permeabilidade. A partir desse ano, assumiu o poder uma frente neoliberal ortodoxa, composta e apoiada pelos setores patronais rurais, que sempre se opuseram à diferenciação entre agronegócio e agricultura familiar. Assim, teve início um desmonte das políticas públicas e a extinção do MDA, que até então era o principal canal de acesso do sindicalismo da agricultura familiar ao Estado. Neste cenário, a FETRAF-RS encontrou dificuldades para organizar sua atuação e responder às demandas de sua base social, frente a um Estado que se tornou impermeável a seus interesses e governos abertamente hostis.

Ao analisarmos o repertório de ações adotado pela FETRAF-RS diante dos governos de direita entre 2016 e 2022, destacaram-se quatro principais tipos, que categorizamos como: protesto e ação direta; diálogo e negociação; articulação com o Legislativo; e posicionamento público. Em um contexto de diversas dificuldades para o movimento sindical, a Federação seguiu tentando dar continuidade ao repertório que se mostrou efetivo durante os governos liderados pelo PT, cujo eixo organizador era a dinâmica de negociação e execução de políticas públicas. No entanto, diante de governos hostis e que desqualificavam os sindicatos enquanto interlocutores, não foi possível alcançar o mesmo resultado anterior. Além disso, outros elementos concorreram para reforçar a crise no sindicalismo, como a pandemia de covid-19, a cooptação de parte da base pelo discurso conservador, a perda do número de associados aos seus sindicatos de base, em meio também ao envelhecimento da população rural.

Compreende-se, portanto, que o repertório da FETRAF-RS nesse período oscilou entre os modelos teóricos de interação e confrontacional, pois, com um Estado agora impermeável a seus interesses, a negociação não era possível, mas seguiu sendo tentada. Ao mesmo tempo, o repertório de protesto e ação direta, que marcou o sindicalismo das décadas de 1980 e 1990, que se tornou parte do processo de negociação na década seguinte, nesse período voltou a ser necessário para tentar chamar a atenção para as demandas da agricultura familiar e forçar os governos a negociarem. No entanto, diante da nova correlação de forças a partir do Golpe e das dificuldades enfrentadas pela FETRAF, tampouco conseguiu realizar um enfrentamento forte. A grande exceção foi a luta contra as duas propostas de reforma da previdência, que combinaram diversas ações e um esforço conjunto dos movimentos sociais, logrando algumas conquistas, mesmo diante da aprovação da reforma durante o governo Bolsonaro.

Portanto, a análise da atuação da FETRAF-RS entre 2016 e 2022 permitiu evidenciar e detalhar este momento da luta de classes no Brasil, numa conjuntura de retomada do projeto neoliberal ortodoxo e de refluxo das organizações da classe trabalhadora, mas também marcado pela resistência destes movimentos, mesmo diante das dificuldades encontradas.

Referências

- LAZZARETTI, Mateus. “Venha para o sindicato” ou “reze para chover”: o sindicalismo da agricultura familiar no período recente - análise da atuação da FETRAF-RS entre 2016 a 2022. Dissertação (Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS. 2024.
- ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, 2014, p. 325-357.
- ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru: Edusc, 2006.
- BAGNARA, Alcemir Antonio. *Enquadramentos Interpretativos da FETRAF e as mudanças da atuação sindical na relação com Estado, Políticas Públicas e Base Social*. 2021. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.
- BARDIN, Laurence. Terceira parte – Método. In: BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016, p. 123-198.

- BOITO JR, Armando. Os atores e o enredo da crise política. *In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. (orgs.). Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.*
- BOITO JR, Armando. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. *Revista Crítica Marxista*, v. 50, 2020, p. 111-119.
- BOITO JR, Armando. A teoria política de Poulantzas e a pesquisa sobre sindicalismo no Brasil. *In: OLIVEIRA, Roberto Vêras; RAMALHO, Ricardo José; SANSON, Cesar. Diálogos críticos: o pensamento estrangeiro e a sociologia do trabalho no Brasil. São Paulo: Annablume, 2023, p. 365-393.*
- BOITO JR, Armando; BERRINGER, Tatiana. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, 2013, p. 31-38.
- CARVALHO, Priscila Delgado *et al.* Sistemas Alimentares em Disputa: respostas dos movimentos sociais à pandemia covid-19. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 37, 2022, p. 1-18. DOI: 10.1590/3710808/2022
- CARVALHO, Priscila. Sindicalismo rural na virada do Brasil à direita: ação pública e semipública. *Debates em Sociologia*, n. 58, p. 10-37, 2024. DOI: 10.18800/debatesensociologia.202401.001
- CELLARD, André. A análise documental. *In: POUPART, Jean et al. (Org.). A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 295-316.*
- CODATO, Adriano. Poulantzas, o Estado e a Revolução. *Revista Crítica Marxista*, n. 27. Campinas: UNESP, 2008, p. 65-85.
- COTANDA, Fernando Coutinho *et al.* Processos de pesquisa nas Ciências Sociais: uma introdução. *In: PINTO, Céli Regina Jardim; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcelos (Orgs.). Ciências humanas: Pesquisa e método. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.*
- FETRAF-RS. *Agricultura Familiar: mais do que um negócio, um modo de vida.* Rio Grande do Sul, 2021a, p. 1-18.
- FETRAF-RS. *III Congresso FETRAF-RS.* Rio Grande do Sul, abr. 2021a, p. 1-16.
- FETRAF-SUL. *Resoluções do I Congresso da FETRAF-SUL/CUT: Consolidando a Organização, Fortalecendo a Agricultura Familiar e Alimentando o Brasil.* Chapecó, SC. 2004.
- FETRAF-SUL. *A ousadia na luta e na organização construindo um novo desenvolvimento.* Tese do II Congresso da FETRAF-SUL/CUT. Francisco Beltrão, PR. 2007.
- GERHARDT, Tatiana Engel *et al.* Unidade 4 – Estrutura do Projeto de Pesquisa. *In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). Métodos de Pesquisa.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 31-42.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: v. 2. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo.* 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

- GRISA, Catia *et al.* *A desestruturação das políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar: mudanças institucionais, estratégias de desmonte e novas configurações.* Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2022.
- KONRAD, Diorge Alceno. Há perigo na esquina! Brasil: a reincidência em uma República de Golpes. *In: PEREIRA, Ascísio; BUDÓ, Marília; DEBONA, Vilmar. Ensaios de resistência: retrocessos, denúncias e apostas sobre o Brasil golpeado.* São Paulo: Dialética, 2020.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvalo. O sindicalismo rural nas últimas décadas: mudanças e permanências. *In: OLIVEIRA, Roberto Vêras; BRIDI, Maria Aparecida; FERRAZ, Marcos. (Orgs.). O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares.* Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2014, p. 247-282.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvalo. Movimentos sociais no governo Bolsonaro. *Revista da ANPEGE*, v. 16, n. 29, p. 490-521, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5418/ra2020.v16i29.12502>
- MEDEIROS, Jenifer Cristine; GRISA, Catia. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e suas capacidades estatais na promoção do desenvolvimento rural. *Campo-território: revista de geografia agrária* [recurso eletrônico], Uberlândia. v. 14, n. 34, dez. 2019, p. 6-35.
- NIEDERLE, Paulo *et al.* Narrative disputes over family-farming public policies in Brazil: conservative attacks and restricted countermovements. *Latin American Research Review*, v. 54, n. 3, 2019, p. 707-720.
- PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. *A formação da agricultura familiar no país da grande lavoura: as mãos que alimentam a nação.* Curitiba: Appris, 2022.
- PICOLOTTO, Everton Lazzaretti; PICCIN, Marcos Botton. Consequências do Golpe para a Agricultura Familiar e para a Reforma Agrária. *In: PEREIRA, Ascísio; BUDÓ, Marília; DEBONA, Vilmar. Ensaios de resistência: retrocessos, denúncias e apostas sobre o Brasil golpeado.* São Paulo: Dialética, 2020.
- PICOLOTTO, Everton; LAZZARETTI, Mateus. O sindicalismo da agricultura familiar no sul do Brasil no cenário recente. *Ejes de Economía y Sociedad*, v. 7, n. 12, 2023, p. 40-57.
- POMAR, Valter. *A metamorfose: Programa e estratégia petista 1980-2016.* 2. ed. São Paulo: Editora Página 13, 2016.
- POMPEIA, Caio. *Formação política do agronegócio.* São Paulo: Elefante, 2021.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais.* São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder político, o socialismo.* São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. *In: POUPART, Jean et al. (Org.). A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.* Petrópolis: Vozes, 2008, p. 215-253.
- RODRIGUES, Iram Jácome; LADOSKY, Mario Henrique Guedes. Paradoxos do sindicalismo brasileiro: a CUT e os trabalhadores rurais. *Lua Nova*, São Paulo, n. 95, 2015, p. 87-142.

SEVERO, Marconi. *O agronegócio brasileiro: hegemonia e projeto de sociedade*. 2023. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2023. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/29706>. Acesso em: 18 out. 2023.

TEIXEIRA, Marco Antonio. *CONTAG 1963-2023: ações de reprodução social e formas de ações coletivas*. Mórula Editorial, 2023.

TILLY, Charles. *Regimes and Repertoires*. Chicago: The University of Chicago Press, 2006.

TILLY, Charles. Repertoires and Regimes. *In: TILLY, Charles. Contentious Performances*. New York: Cambridge University Press, 2008.

Como citar

LAZZARETTI, Mateus; PICOLOTTO, Everton. Quando um não quer, dois não negociam: atuação da FETRAF-RS em governos de direita (2016-2022). *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, e2533104, 09.02.2026. DOI: https://doi.org/10.36920/esa33-1_04.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.